

## **EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA LACUNA NA FORMAÇÃO DISCENTE NA ÁREA DE CONTABILIDADE?**

### **Rodrigo Araujo Alves**

Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Júnior – Mackenzie Rio  
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras  
Rua Joaquim Nabuco, 189 apto 608 Ipanema CEP: 22080-060 Rio de Janeiro/RJ;  
rodrigo\_araujo@petrobras.com.br; (21) 8507-5567.

### **Janaína Senra Silva**

Mestre em Ciências Contábeis pela FAF/UERJ  
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) / Faculdade Moraes  
Júnior – Mackenzie Rio  
Rua Nelson Mandela, 100 Bloco A apto 506 Botafogo CEP: 22260-005 Rio de Janeiro/RJ;  
janaina.senra@bndes.gov.br; (21) 8864-9731.

### **Aureliano Angel Bressan**

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)  
Professor Associado - CEPEAD/UFMG - Faculdade de Ciências Econômicas - Centro  
de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração - Universidade Federal de Minas Gerais  
Avenida Antônio Carlos, 6627 Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, sala  
4039 CEP: 31270-901 Belo Horizonte/MG; aureliano@ufmg.br; (31) 9683-4433.

### **RESUMO**

O desenvolvimento de conhecimentos em finanças pessoais é parte importante da formação profissional na área financeira. A preocupação com o tema atinge não só níveis pessoais e das instituições de ensino, como também o Governo Federal, que em 2010 regulamentou a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Estudos realizados nos Estados Unidos, contudo, indicam que, além da grade curricular das maiores universidades não apresentar uma oferta adequada de disciplinas, o nível de conhecimento dos discentes é inadequado. Diante desse contexto, o presente estudo busca avaliar a educação financeira de alunos de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade privada do Rio de Janeiro, para verificar a existência de uma lacuna sobre este tema na formação discente. A partir de um *survey* conduzido com 613 estudantes foi utilizada uma adaptação do instrumento de pesquisa proposto por Chen e Volpe (1998; 2002) para mensurar o grau de educação financeira dos respondentes em cinco segmentos: socioeconômico, conhecimentos gerais, poupança e crédito, seguro e investimentos. Com base nesses aspectos foram construídos índices de acerto por questão, segmento e total de questões, agrupados entre alto índice de educação financeira (acima de 80%), intermediário (60% a 79%) e baixo (inferior a 60%). Os resultados indicaram que 74% dos alunos possuem baixo nível de conhecimento. Com base nas premissas e metodologias adotadas, infere-se que, não obstante a existência de disciplinas relacionadas a finanças corporativas na matriz curricular da instituição de ensino pesquisada, o grau de educação financeira dos participantes pode ser considerado inadequado, facilitando a formação de opiniões equivocadas e prejudicando a tomada de decisões neste campo do conhecimento.

**Palavras-Chave:** Educação Financeira; Formação Discente em Ciências Contábeis; Finanças Pessoais.

**Área temática:** Educação e Pesquisa em Contabilidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Os efeitos das mudanças no cenário econômico mundial trazidas pela crise e recessão de 2008 – principalmente para os países desenvolvidos – em conjunto com o novo panorama socioeconômico dos países em desenvolvimento e o significativo crescimento na sofisticação e inovação nos produtos financeiros oferecidos ao público, incrementaram a necessidade de educar financeiramente a população (MCCORMICK, 2009; MATTA, 2007).

Ao mesmo tempo em que pode auxiliar no controle do crescimento do endividamento e na melhoria da qualidade de vida após a aposentadoria em países desenvolvidos, um bom nível de educação financeira pode permitir uma maior contribuição do setor financeiro para o crescimento da economia real e redução da pobreza em países emergentes (OCDE, 2006).

O conceito de educação financeira, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), diz respeito ao processo pelo qual os consumidores de serviços financeiros e investidores incrementam sua compreensão a respeito dos produtos financeiros, conceitos e riscos. Através de informações, instruções ou conselhos objetivos, este processo permite o desenvolvimento das habilidades e confiança necessárias para que os indivíduos se tornem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, tomem decisões melhor embasadas, saibam onde procurar auxílio e adotem outras medidas necessárias para melhorar o bem-estar financeiro.

Nesse sentido, vários órgãos e instituições em todo o mundo se preocupam com o assunto. Em conjunto com a atuação orientadora da OCDE, Matta (2007) destaca a relevância da participação de outros agentes do setor financeiro no processo de educação em cada país. No caso da Inglaterra, por exemplo, o *Bank of England* é peça chave para o ensino nas escolas, assim como nos Estados Unidos, onde o *Federal Reserve (FED)* desenvolve programas voltados para públicos distintos como alunos, professores e cidadãos em geral.

No Brasil, além do recente crescimento da participação de bancos e corretoras de valores no processo de conscientização da população através de cursos de curta duração e cartilhas virtuais, Aviz (2009) destaca o Programa Educacional da Bolsa de Valores de São Paulo, o Programa de Educação Financeira (PEF) do Banco Central do Brasil e o Guia de Informação ao Cidadão da Centralização dos Serviços dos Bancos (SERASA).

Ademais, em Dezembro de 2010, o Governo Brasileiro instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira, um projeto de caráter permanente e de âmbito nacional. Os principais objetivos deste programa são promover e fomentar a cultura de educação financeira, ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes na administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, seguros, previdência e capitalização (BRASIL, 2010).

No meio acadêmico, diversos trabalhos sobre educação financeira foram elaborados nos Estados Unidos ao longo dos últimos anos, dentre os quais se destacam Chen e Volpe (1998); Timmermann (2000); Anthes e Most (2000); Black Jr., Ciccotello e Skipper Jr. (2002); Chen e Volpe (2002); Murphy e Yetmar (2010); além de Neidermeyer e Neidermeyer (2010).

No cenário acadêmico brasileiro, o assunto ganhou espaço com os trabalhos de Garcia (2005); Lucci et al. (2006); Savoia, Saito e Santana (2007); Halles, Sokolowski e Hilgember (2008); Leal e Melo (2008); Aviz (2009); Claudino, Nunes e Silva (2009); Vieira et al. (2009); e Gomes e Sorato (2010).

Não obstante o incremento da relevância do tema, diversas pesquisas apontam que o nível de conhecimento sobre educação financeira dos estudantes não é satisfatório. O fato é ratificado em diversos trabalhos compilados por Chen e Volpe (1998 e 2002), os quais mostraram que lacunas no sistema educacional levam boa parte da população norte-americana a um nível de conhecimento inadequado em finanças pessoais e, conseqüentemente, a decisões incorretas.

Em outro estudo, realizado por Neidermeyer e Neidermeyer (2010) nos Estados

Unidos, os referidos autores verificaram que, em um universo de 131 instituições que oferecem bacharelado em administração, contabilidade, finanças ou áreas correlatas, apenas três exigiam o cumprimento de créditos relativos a finanças pessoais.

Nesse contexto, a importância da educação financeira para o desenvolvimento socioeconômico e a ausência de uma abordagem mais completa do tema na grade curricular dos cursos universitários encontrada por outros pesquisadores em testes empíricos motivam a realização do presente estudo, cujo problema de pesquisa é a existência de uma lacuna na formação discente no que tange a finanças pessoais.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é avaliar o nível de educação financeira de alunos do curso de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior privada no Rio de Janeiro, em conjunto com a oferta de disciplinas visando verificar a existência da referida lacuna.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Conforme abordado anteriormente, a partir da década de 1990, diversos trabalhos foram realizados, no exterior e no Brasil, com objetivo de avaliar aspectos relacionados ao nível de educação financeira, decisões relacionadas a finanças pessoais, disseminação e qualidade da informação oferecida por instituições de ensino e outros veículos, dentre outros.

Nesse cenário, destaca-se a pesquisa realizada por Chen e Volpe (1998) nos Estados Unidos para avaliar os conhecimentos em finanças pessoais de 942 estudantes universitários de 13 campi, na Califórnia, Flórida, Kentucky, Massachusetts, Ohio e Pensilvânia. Com base em trabalhos anteriores, que demonstravam que os americanos possuíam um nível inadequado de educação financeira e que tomavam decisões equivocadas por não terem recebido instrução suficiente, Chen e Volpe (1998) buscaram prover evidências do nível de educação financeira dos estudantes universitários, examinar a razão de alguns serem mais letrados e verificar de que forma o conhecimento afeta opiniões e decisões práticas.

O estudo supracitado envolveu a aplicação de instrumento de pesquisa desenvolvido pelos referidos autores, no qual os aspectos mais relevantes em finanças pessoais foram cobertos por questões de múltipla-escolha sobre conhecimentos gerais e planejamento financeiro pessoal, empréstimos e poupança, seguros e investimentos, além de questões de ordem prática para avaliar o julgamento e opinião dos respondentes e questões sobre aspectos socioeconômicos. As respostas de cada participante foram utilizadas para calcular o percentual médio de respostas corretas por questão, seção e questionário como um todo. Os discentes foram agrupados entre conhecimento elevado (aproveitamento superior a 80%), intermediário (entre 60% e 79%) e baixo (inferior a 60%), em consistência com a literatura existente. Para verificar o impacto do grau de educação financeira nas opiniões dos participantes sobre situações reais, os alunos foram solicitados a apontar quais decisões tomariam em proposições hipotéticas e a atribuir maior ou menor importância a questões como manter registros financeiros adequados, controlar o endividamento pessoal, entre outras.

Os resultados obtidos por Chen e Volpe (1998) demonstraram que os estudantes possuíam um nível de conhecimento inadequado, principalmente com relação a investimentos. Além disso, as variáveis socioeconômicas com maior impacto sobre o nível de educação financeira seriam a carreira escolhida (estudantes de administração alcançaram resultados entre 8% e 12% superiores aos demais); a curva de aprendizado ao longo do curso (alunos com mais tempo de estudo obtiveram notas superiores); experiência profissional (mais experiência implica em notas mais elevadas); além do sexo (os homens apresentaram médias superiores às das mulheres). Quanto às decisões práticas, os autores observaram que os participantes com melhor desempenho tendem a possuir opiniões e tomar decisões mais corretas, concluindo que o baixo nível de conhecimento encontrado pode afetar negativamente a vida financeira.

Utilizando a base de dados do trabalho anterior, Chen e Volpe (2002) realizaram outro estudo com vistas a avaliar diferenças na educação financeira de homens e mulheres. Os resultados encontrados indicaram que as mulheres, em geral, possuem menos conhecimento que os homens nos tópicos ligados a finanças pessoais. Mesmo quando as demais variáveis demográficas (curso, tempo de estudo, experiência profissional e idade) são mantidas constantes, as diferenças de gênero são estatisticamente significativas. Ainda assim, os autores reforçaram o significativo impacto do nível de escolaridade e da experiência profissional na educação financeira tanto de homens quanto de mulheres. Ademais, as mulheres mostraram-se menos entusiastas e confiantes, com menor disposição para estudar e aprender assuntos relativos a finanças pessoais do que os homens, considerando disciplinas como inglês, e ciências mais importantes que negócios ou finanças.

Em pesquisa conduzida na Universidade do Texas, Avard et al. (2005) analisaram alunos do primeiro ano de graduação para verificar a qualidade da educação financeira e conhecimentos em finanças pessoais promovidos por escolas americanas no ensino médio. A pesquisa foi realizada com uma amostra de 407 estudantes. O aproveitamento médio nas questões propostas foi de 34,8% e o máximo 80%. Cerca de 92% dos alunos tiveram desempenho inferior a 60%. Os autores concluíram que o conhecimento fornecido pelas Instituições de Ensino Médio não era suficiente para embasar decisões financeiras futuras.

Murphy e Yetmar (2010), por sua vez, avaliaram 206 alunos de MBA nos Estados Unidos quanto a atitudes em relação ao planejamento financeiro pessoal. A pesquisa teve como objetivo investigar: o nível de conhecimento possuído em planejamento financeiro pessoal; se os alunos já haviam elaborado quaisquer componentes de um plano financeiro pessoal; a fonte de informações que eles utilizariam para solucionar dúvidas; os critérios que utilizariam para selecionar um profissional em planejamento financeiro pessoal caso decidissem contratar um; grau de confiança na efetividade do uso de um bom planejamento financeiro para alcançar objetivos de longo prazo e a probabilidade de implementação de tal plano. Os resultados indicaram que, apesar de a maior parte dos alunos acreditar na importância e efetividade do planejamento financeiro pessoal e estar interessada no desenvolvimento de um plano, quase nenhum sente segurança e confiança nas habilidades e conhecimentos possuídos, julgando-os insuficientes. Outrossim, menos de 13% dos alunos efetivamente possuía um plano completo, com todos os componentes propostos pelos autores, e a grande maioria afirma que buscaria instituições prestadoras de serviço de planejamento financeiro pessoal como fonte de informação e auxílio.

Em um estudo recente, Neidermeyer e Neidermeyer (2010) buscaram verificar a adequação do currículo universitário norte-americano, relativa ao desenvolvimento de conhecimentos relacionados a finanças pessoais e planejamento financeiro pessoal. Com base na hipótese de que universidades voltadas para negócios e finanças têm a responsabilidade de oferecer uma base educacional adequada para os profissionais gerenciarem não apenas finanças corporativas, mas finanças pessoais, os referidos pesquisadores revisaram a grade curricular dos cursos de graduação de 131 universidades nos Estados Unidos. O resultado encontrado foi que apenas três universidades possuíam alguma disciplina com os conhecimentos necessários sobre finanças e planejamento financeiro pessoal.

Com base no resultado da pesquisa, Neidermeyer e Neidermeyer (2010) sugeriram um curso composto da 10 etapas enumeradas a seguir com o objetivo de fornecer educação sólida em finanças pessoais para os estudantes:

- 1- estabelecimento de metas financeiras de curto, médio e longo prazo;
- 2- gerenciamento do capital intelectual (acompanhamento do crescimento profissional, evolução salarial e mudanças necessárias ao longo do tempo);
- 3- documentação da situação financeira presente com demonstrações financeiras pessoais (balanço patrimonial pessoal, dispêndios relevantes e outras

informações);

4- elaboração de orçamento escrito com o uso de planilha eletrônica e internet para análises e avaliações;

5- utilização adequada de seguros e coberturas;

6- investimentos e medidas de desempenho;

7- estudo de aspectos como juros, custo benefício para aquisição consciente de veículos e imóveis, entre outras decisões financeiras importantes;

8- planejamento tributário pessoal;

9- planejamento de aposentadoria;

10- criação de reservas para imprevistos.

Outros autores, como Timmermann (2000), avaliaram aspectos relevantes da relação das mulheres com a educação financeira, o planejamento financeiro pessoal e a preparação para aposentadoria. Com base na *Women's Retirement Confidence Survey* de 1998 a autora mencionada verificou que as mulheres são mais inseguras que os homens sobre seu futuro financeiro e que a grande maioria alegava sofrer com a falta de educação financeira.

Tais observações levaram Timmermann (2000) a sugerir uma revisão do modelo educacional americano, para garantir que as mulheres, através de uma melhor educação financeira, ganhassem confiança para investir, foco no longo prazo e capacidade de elaborar planos financeiros bem-sucedidos e soluções para suas necessidades financeiras.

Anthes e Most (2000) também avaliaram a dinâmica entre as mulheres e a educação financeira. Através da aplicação de questionários e grupos de foco, os autores verificaram que as mulheres se sentem mais intimidadas por questões relativas a finanças do que os homens; estão financeiramente menos preparadas para a aposentadoria; são mais pobres após a aposentadoria, mesmo vivendo mais tempo; e são mais conservadoras nos investimentos. Dentre as possíveis causas apontadas no trabalho estão: a disparidade de renda entre homens e mulheres; a menor dedicação das mulheres à acumulação de capital visando a aposentadoria; o maior número de mulheres trabalhando para empresas menores ou sem fins lucrativos (com piores benefícios de saúde e aposentadoria); os maiores custos médios de planos de saúde e seguros para as mulheres; o impacto financeiro e laboral do tempo que as mulheres precisam dedicar para cuidar dos filhos; o menor nível de educação financeira; o maior interesse dos homens em informações sobre finanças; além de outras questões culturais.

No que tange aos trabalhos realizados no Brasil, Claudino, Nunes e Silva (2009) investigaram a relação entre o grau de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores públicos técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Inicialmente, os autores aplicaram um instrumento de pesquisa para medir os conhecimentos em finanças pessoais do grupo de 303 servidores, dos quais 44% foram classificados como insuficientes; 30,3% moderado e 25,7% satisfatório. Em seguida, foi avaliada a relação entre variáveis sócioeconômicas e educação financeira, sendo que o nível de renda e a escolaridade apresentaram correlação positiva com o nível de educação financeira, enquanto a idade está negativamente correlacionada.

Finalmente, Claudino, Nunes e Silva (2009), com base na metodologia proposta por Brusky e Magalhães (2006), segregaram a amostra entre indivíduos sem dívidas, pouco endividados, com risco de sobre-endividamento e sobre-endividados. Dos servidores pesquisados, 23,3% não possuíam dívidas, 51% estavam pouco endividados, 18,4% tinham risco de sobre-endividamento e 7,3% estavam sobre-endividados e, além disso, maiores índices de endividamento estavam associados a servidores com menor nível de educação financeira, porém a correlação encontrada entre as duas variáveis não foi significativa.

Lucci et al. (2006), por sua vez, buscaram avaliar a influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos em uma pesquisa com 67 alunos do curso de Administração e 55 de Ciências Contábeis da Faculdade Independente Butantã.

Os referidos autores observaram que, no curso de Administração, os alunos do terceiro semestre não cursaram qualquer disciplina ligada à área de finanças, os do quarto período haviam estudado um semestre de Matemática Financeira e os do oitavo período, dois de Matemática Financeira e dois de Administração Financeira e Orçamentária. No caso de Ciências Contábeis, o quarto semestre incluía Matemática Financeira e o sexto Matemática Financeira, Administração Financeira e Orçamentária e Mercado Financeiro e de Capitais. O nível de conhecimento dos discentes foi então avaliado através de um questionário contendo conceitos de fluxo de caixa, valor do dinheiro no tempo, custo de oportunidade e risco e decisões relativas a investimento e consumo. Lucci et al. (2006) concluíram que as melhores decisões estavam ligadas aos estudantes com mais tempo de educação financeira.

De forma semelhante, Vieira et al. (2009) também avaliaram a relação entre educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança. A pesquisa foi realizada com um grupo de 610 alunos do primeiro e do último período dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de uma universidade pública do norte do Paraná. O estudo buscou avaliar o nível de conhecimento dos alunos, sua atitude a respeito das decisões financeiras e o perfil socioeconômico dos respondentes para definir se a formação acadêmica contribui para uma melhor tomada de decisão. As hipóteses consideradas pelos autores foram que os alunos do último período possuem maior capacidade de manipular e reconhecer conceitos de finanças que os do primeiro período; e que os alunos do último período possuem maior propensão a risco.

Os resultados obtidos na referida pesquisa indicam que não houve diferenças significativas entre as decisões dos alunos do primeiro e último período. Contudo, os alunos dos últimos períodos possuíam mais investimentos em ações e outras aplicações financeiras de risco (maior propensão ao risco), o que pode estar relacionado à maior renda.

Em outra pesquisa, Aviz (2009) focou na questão da educação financeira no ensino médio brasileiro, com uma amostra de 153 alunos do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública e uma privada do Distrito Federal, avaliando a importância dos conteúdos de educação financeira pessoal e os conteúdos efetivamente dominados pelos alunos. Apesar de 65% dos alunos nunca terem assistido aulas a respeito de finanças pessoais, 99% considerou o assunto “muito importante” ou “importante” e mais de 85% considerou a escola como o local mais adequado para adquirir tais conhecimentos. Alguns professores entrevistados também ressaltaram a relevância da escola como difusora de tais conteúdos.

Como conclusões, Aviz (2009) destaca a necessidade de melhoria na educação financeira dos alunos e forte carência nos aspectos relacionados ao gerenciamento de gastos e importância de registrar e controlar gastos pessoais mensais, sendo que a maioria dos estudantes nunca ou quase nunca realizava tais análises. Além disso, 95% dos estudantes afirmaram possuir uma vida financeiramente estável, porém desejavam se tornar financeiramente independente dos responsáveis o mais cedo possível.

Finalmente, Savoia, Saito e Santana (2007) realizaram um levantamento bibliográfico e documental visando oferecer um embasamento qualitativo e propor ações para auxiliar no engajamento de agentes públicos e privados no programa de educação financeira no Brasil. Os autores perceberam que a evolução da educação financeira em países como Reino Unido e Estados Unidos é consideravelmente mais significativa que no Brasil. Esses países não só buscam desenvolver a educação financeira nos estudantes universitários e do ensino médio como apresentam programas elaborados por empresas para seus empregados.

No caso brasileiro, além das questões ligadas à estabilidade econômico-financeira e regulatória, Savoia, Saito e Santana (2007) verificaram que a cultura da população, a não inclusão do tema nos currículos universitários e o não envolvimento das empresas brasileiras na educação financeira de seus empregados foram relatados por outros autores como fatores críticos para limitar o desenvolvimento do tema. Os pesquisadores ressaltaram ainda que a

elevada desigualdade na distribuição de renda no país incrementa a urgência de implementar novos programas para desenvolvimento da educação financeira nas diversas esferas nacionais.

Os referidos autores sugeriram como ações para a melhoria no grau de conhecimento da população em finanças pessoais o incentivo à cultura de poupança na população; a inserção da educação financeira nos programas de todos os níveis de ensino; o desenvolvimento dos conceitos de crédito, investimento e consumo por meio de escolas, universidades, mídia e outros setores; a promoção da coordenação de esforços entre governo e sociedade; além do monitoramento da qualidade de programas elaborados.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa tem caráter descritivo, conforme Vergara (2005) – não devendo ser considerada conclusiva, ainda que inferências tenham sido realizadas com base nos resultados obtidos – sendo a coleta de dados realizada através da aplicação de instrumento de pesquisa (*survey*), de acordo com Hair Jr. (2005, b).

O processo de seleção amostral foi por conveniência, conforme descrito em Fávero et al. (2009). A participação dos discentes foi voluntária e apenas os alunos presentes em sala de aula nos dias de aplicação dos instrumentos de pesquisa em cada turma foram convidados a responder. Ainda assim, o procedimento realizado apresenta características probabilísticas em função da não ocorrência de recusa de participação por nenhum participante e do grau de homogeneidade na probabilidade de cada elemento fazer parte da amostra.

O instrumento de pesquisa foi auto-administrado, conforme definido por Hair Jr. (2005 b), uma vez que, apesar da presença de um pesquisador para entregá-lo aos discentes, os alunos responderam-no isoladamente e sem qualquer participação do entrevistador. Em busca de maior relevância para o estudo, os participantes foram instruídos a utilizar apenas o conhecimento já possuído em finanças pessoais, sem consultar fontes externas de informação e, como sugere Malhotra (2001), o anonimato dos participantes foi preservado.

Com a finalidade de permitir a comparabilidade do estudo com outros realizados previamente e obter uma medida representativa do grau de conhecimento dos alunos em relação a outros estudantes, foi utilizada uma adaptação do instrumento de pesquisa proposto por Chen e Volpe (1998; 2002) para mensurar a educação financeira de universitários nos Estados Unidos. Este questionário se divide em cinco partes: a primeira referente aos dados socioeconômicos dos respondentes; a segunda relativa a conhecimentos gerais em finanças pessoais; a terceira sobre aspectos de poupança (economias), empréstimos e financiamentos; a quarta parte a respeito de seguros; e a quinta com relação a investimentos.

As respostas de cada participante foram utilizadas para calcular o índice de acerto por questão, segmento e questionário como um todo e, como sugerido na literatura, o percentual médio dos resultados foi agrupado entre alto índice de educação financeira (acima de 80%), nível intermediário (entre 60% e 79%) e nível baixo (abaixo de 60%).

De forma a suportar as inferências realizadas, foi realizada uma análise simplificada da matriz curricular do curso de Ciências Contábeis, ofertada pela Instituição de Ensino Superior pesquisada.

Como limitações do instrumento de pesquisa pode-se destacar o fato de, por tratar-se de tradução livre daquele originalmente utilizado por Chen e Volpe (1998 e 2002), algumas questões envolvem especificidades do sistema financeiro norte-americano não aplicáveis à realidade brasileira. Tais questões foram substituídas por outras pertinentes ou modificadas, sem prejuízo à metodologia. No entanto, esta adaptação reduz a comparabilidade direta entre os trabalhos. Além disso, em função da não-publicidade da totalidade das questões utilizadas para mensurar a dimensão “investimentos”, cinco questões não puderam ser consideradas. É importante apontar como limitação do trabalho, a não realização de análise de conteúdo das ementas das disciplinas presentes na estrutura curricular do curso de graduação em questão.

Para garantir maior robustez na avaliação dos resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos de pesquisa, foi realizada previamente uma análise e tratamento dos dados ausentes e *outliers* encontrados, além da análise de confiabilidade do instrumento.

Considerando as verificações indicadas por Tabachnick e Fidell (2001) e Hair Jr. (2005 a), pode-se assumir que não há qualquer efeito significativo dos dados ausentes sobre a análise dos resultados e eventuais considerações geradas. Nas questões teóricas, os dados ausentes foram tratados como respostas incorretas – diversos participantes optaram por não responder as questões que desconheciam – em linha com o que é proposto pelos estes autores.

No que tange às variáveis socioeconômicas, os discentes cursando o primeiro período da graduação ainda não foram avaliados nas disciplinas e, portanto, não possuem Coeficiente de Rendimento (C.R), justificando os únicos casos de dados ausentes neste segmento.

Quanto aos *outliers*, optou-se por avaliá-los sob a óptica do aproveitamento de cada participante no instrumento de pesquisa como um todo, visando eliminar aqueles com desempenho atípico; e do índice médio de acerto de cada pergunta isoladamente, em busca de variáveis com resultados extremos comparativamente às demais questões do segmento e ao questionário como um todo que pudessem ocasionar distorções.

Os indivíduos com aproveitamento médio padronizado fora dos limites de  $Z \pm 2 \sigma$  para o instrumento de pesquisa como um todo foram eliminados, conforme sugerido por Wooldridge (2006) e Tabachnick e Fidell (2001).

Em síntese, da amostra original de 648 respondentes, foram desconsiderados 35 *outliers*, restando 613 participantes, o que representa um total de 69,03% da população de 888 estudantes, uma amostra significativa para 95% de confiança, conforme Fávero et al. (2009).

Adicionalmente, a variável referente à questão sobre o impacto da dedução do INSS de Empregados Domésticos sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física foi caracterizada como *outlier* em função do aproveitamento médio obtido ser inferior a 4%, significativamente discrepante das demais questões padronizadas, possivelmente em função da cultura brasileira de não efetivar o registro em carteira profissional ou optar por diaristas.

A tabela 1, a seguir, apresenta o perfil e as características socioeconômicas da amostra consideradas no presente estudo.

O maior número de respondentes estava cursando os dois primeiros anos do curso (60% comparado a 40% nos dois últimos). Este número possivelmente reflete o índice de desistência do curso, com menos matrículas realizadas nos períodos finais.

Além disso, no primeiro semestre de 2011, a Instituição de Ensino Superior apresentava quinze turmas de Ciências Contábeis no turno noturno (695 alunos) e oito no diurno (193 alunos), justificando a maior participação de alunos do curso noturno (74% ante 26% do diurno).

Com relação ao gênero dos participantes, nota-se uma participação igualitária entre homens (49%) e mulheres (51%).

O desempenho acadêmico da maior parte dos discentes é igual ou inferior a oito pontos, próximo ao mínimo exigido pela instituição, de sete pontos em exame regular e cinco pontos em exame final.

A respeito da experiência profissional, é possível perceber que a maioria dos alunos possui dois ou mais anos de atuação, apesar de 60% da amostra ter idade inferior a 25 anos. Tal fato reflete um dos aspectos da educação no Brasil, onde boa parte dos estudantes ingressa no mercado de trabalho muito jovem e, em função das condições socioeconômicas, não consegue dedicar-se exclusivamente ao meio acadêmico – conciliando trabalho e estudo e, muitas vezes, financiando a própria educação. Esta afirmação é ratificada quando se observa que 45% dos respondentes financiam a própria educação e que 84% da amostra possui renda inferior a R\$ 2.400,00 (aproximadamente quatro salários mínimos).



Tabela 1: Caracterização da Amostra

	Participantes	Percentual
1. Estágio no Curso		
a) Primeiro Ano	156	25,4%
b) Segundo Ano	214	34,9%
c) Terceiro Ano	150	24,5%
d) Quarto Ano	93	15,2%
2. Turno Cursado		
a) Diurno	160	26,1%
b) Noturno	453	73,9%
3. Coeficiente de Rendimento (de alunos após o primeiro período)		
a) Até 7	53	10,3%
b) Entre 7 e 8	255	49,8%
c) Entre 8 e 9	171	33,4%
d) Entre 9 e 9,5	28	5,5%
e) Superior a 9,5	5	1,0%
4. Gênero		
a) Masculino	297	48,5%
b) Feminino	316	51,5%
5. Anos de Experiência Profissional		
a) Nenhum	70	11,4%
b) Menos que Um Ano	82	13,4%
c) Um a Dois Anos	93	15,2%
d) Dois a Quatro Anos	143	23,3%
e) Mais que Quatro Anos	225	36,7%
6. Idade do respondente		
a) 20 ou menos	123	20,2%
b) 21 a 25	236	38,5%
c) 26 a 30	137	22,3%
d) 31 a 35	64	10,4%
e) 36 ou mais	53	8,6%
7. Renda Média Mensal		
a) R\$ 600 ou menos	75	12,2%
b) R\$ 601 a R\$ 1.200	228	37,2%
c) R\$ 1.201 a R\$ 2.400	212	34,6%
d) R\$ 2.401 a R\$ 3.600	57	9,3%
e) R\$ 3.601 ou mais	41	6,7%
8. Quem Financia a Educação		
a) Parentes do Aluno	127	20,7%
b) o Próprio Aluno	276	45,0%
c) Empresa	49	8,0%
d) Bolsa de Estudos Integral	161	26,3%

Fonte: Dados da Pesquisa

Comparativamente aos dados demográficos da amostra utilizada por Chen e Volpe (1998 e 2002), percebe-se que as principais semelhanças estão na idade baixa dos discentes (44% dos respondentes com idade inferior a 23 anos no caso norte-americano) e na experiência profissional (mais de 86% possuíam experiência profissional superior a dois anos). Por outro lado, 52% dos respondentes americanos possuía renda superior a US\$ 2,500.00 mensais e 54% dos discentes cursava os dois últimos anos do curso.

Com relação ao estudo realizado por Murphy e Yetmar (2010), em função de o público-alvo utilizado ser diferente dos demais (discentes de cursos de MBA), nota-se uma média de idade dos respondentes superior (29 anos), com experiência profissional média de 6,5 anos e maior renda mensal média (US\$ 4,000.00).

Finalmente, vale destacar que a confiabilidade do instrumento de pesquisa foi validada pela medida alfa de Cronbach (NUNNALLY e BERNSTEIN 1994; GERBING e ANDERSON, 1988; TABACHNICK e FIDELL, 2001). Considerando o critério de 0,60 – aceito pela literatura para estudos exploratórios e ciências sociais – o nível encontrado (0,68) é aceitável, mostrando que o instrumento mede efetivamente o construto índice de educação financeira.

#### 4 RESULTADOS

O percentual médio de acertos obtido pelos respondentes para o instrumento de pesquisa como um todo foi de 50,12% (com a mediana igual a 50,00%), ou seja, em média, os discentes responderam corretamente apenas a metade das trinta questões propostas.

O resultado obtido é próximo, porém inferior, ao aproveitamento médio alcançado pelos estudantes universitários norte-americanos nas 36 questões propostas por Chen e Volpe (1998), no qual a média de respostas corretas obtida foi de 52,87% e a mediana 55,56%.

Conforme sugerido na literatura e utilizado por Chen e Volpe (1998), *scores* superiores a 80% podem ser considerados altos, entre 60% e 80% médios e inferiores a 60% baixos. Assim, aproximadamente 74% dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da instituição de ensino pesquisada possuem um nível baixo de educação financeira.

Enquanto o melhor desempenho é encontrado no segmento de seguros, no qual 26% dos discentes têm alto nível de conhecimento, no quesito investimentos, por outro lado, apenas 4% dos participantes possuem conhecimento intermediário e 96% baixo.

A ausência de uma oferta adequada de disciplinas relacionadas a finanças pessoais na grade curricular, relatada por Neidermeyer e Neidermeyer (2010) é, aparentemente, refletida, mostrando indícios de que o tema pode não ser abordado pelas universidades ou ser tratado de forma insuficiente. Com base no levantamento da matriz curricular da Instituição de Ensino Superior pesquisada, observa-se que não há oferta de uma disciplina especificamente voltada para Finanças Pessoais, apesar da formação dos discentes incluir 80 horas de Matemática Financeira, 160 horas de Administração Financeira e Orçamentária, 40 horas de Mercado Financeiro e 40 horas de Mercado de Derivativos.

A tabela 2, a seguir, resume o número de participantes e o percentual por nível de conhecimento em cada segmento do questionário.

Tabela 2: Número de Alunos e Percentual por Nível de Conhecimento

	Alunos por Nível de Conhecimento		
	Baixo	Médio	Alto
I. Conhecimentos Gerais	335 (55%)	248 (40%)	30 (5%)
II. Poupança, Empréstimo e Financiamento	397 (65%)	189 (31%)	27 (4%)
III. Seguros	287 (47%)	165 (27%)	161 (26%)
IV. Investimentos	591 (96%)	22 (4%)	0 (0%)

Fonte: Dados da Pesquisa

Apesar dos percentuais demonstrados na tabela acima, o resultado geral da pesquisa, considerando o aproveitamento obtido no instrumento de pesquisa como um todo, apresenta os seguintes percentuais: 74% dos alunos com baixo nível de educação financeira e 26% nível intermediário, sem nenhum respondente alcançar nível elevado.

Uma análise detalhada das questões que compõem cada segmento mostra que, no primeiro segmento do instrumento de pesquisa (Conhecimentos Gerais em Finanças Pessoais), destacam-se alguns aspectos possivelmente relacionados à formação contábil:

- 88% dos alunos têm familiaridade com o conceito de liquidez de ativos;
- 84% sabem avaliar quando há gastos excessivos no orçamento pessoal;

- 45% sabem o que significa uma reconciliação bancária;
- 42% mostraram conhecer o conceito de Patrimônio Líquido Pessoal.

Quanto ao segmento “Poupança (Economias), Empréstimo e Financiamento”, os discentes mostraram que, não obstante as restrições de liquidez existentes na economia brasileira, o crédito é algo presente em sua rotina, uma vez que:

- 89% dos discentes estão cientes da consequência de ser fiador de um empréstimo;
- 78% sabem que SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e SERASA são fontes importantes de informação sobre inadimplência e risco de crédito;
- 77% têm consciência de que estar adimplente, ao longo do tempo, favorece a redução do risco de crédito, permitindo maiores limites para o crédito pessoal;
- 64% percebem que o custo efetivo de um empréstimo incorpora não apenas juros;

Ademais, ainda que 61% dos alunos estejam cientes da perda de rendimento ocasionada pela retirada de recursos antes do aniversário da poupança, apenas 17% sabem que o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) protege os aplicadores. Tal fato pode indicar que os participantes possivelmente não estão familiarizados com o risco deste tipo de aplicação.

Outrossim, as implicações do uso do cheque-especial são conhecidas apenas por 46% dos discentes, dando indícios de validade da hipótese desta forma de crédito ser utilizada em função da comodidade e facilidade, mesmo com as excessivas taxas de juros cobradas. Além disso, o baixo aproveitamento na questão referente ao uso do cartão de crédito (27%) também pode indicar que sua utilização é feita de forma financeiramente incorreta.

O segmento de Seguros demonstrou que, assim como ocorrido na pesquisa de Chen e Volpe (1998) nos Estados Unidos, boa parte dos discentes conhece os determinantes para prêmio de um seguro de automóvel (71%).

Os demais itens relativos a seguros, como características básicas de um seguro de vida, razões para adquirir um plano de saúde, características do seguro residencial, razões para adquirir um seguro e instâncias para resolução de conflitos sobre seguros apresentaram aproveitamento entre 53% e 61%, sendo o de melhor aproveitamento no estudo. Alguns fatores como as extensas campanhas realizadas por seguradoras e instituições financeiras e a oferta de planos de saúde e seguros de vida como benefícios por algumas empresas para seus profissionais no pacote de remuneração podem auxiliar na geração de conhecimento.

O aproveitamento médio no segmento “Investimentos” foi de aproximadamente 31%. Chen e Volpe (1998) destacam a idade dos respondentes como um possível fator determinante – considerando que 60% têm idade igual ou inferior a vinte e cinco anos, o que faz com que muitos estejam em um estágio da vida profissional no qual a renda é suficiente apenas para cobrir despesas pessoais e aspectos ligados a investimento não façam parte da rotina.

No caso brasileiro, pode-se inferir que, a cultura voltada para a formação de patrimônio essencialmente através da aquisição de imóveis e aplicação de recursos em caderneta de poupança, pode ser um fator determinante para o baixo aproveitamento encontrado, juntamente com o fato de a estabilidade econômica ainda ser algo recente no país, fazendo com que a renda *per capita* ainda não seja suficiente para que a população tenha sobras de recursos de forma constante para realizar investimentos.

Os resultados obtidos por pergunta, segmento e instrumento de forma geral são apresentados, em ordem decrescente das perguntas dentro dos segmentos, na tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Aproveitamento por Pergunta, Segmento e Questionário Todo

	Nível de Educação Financeira		
	Baixo (<60%)	Médio (60-80%)	Alto (>80%)
<b>I. Conhecimentos Gerais</b>			
Liquidez de Ativos			88,42%
Padrão de Gastos / Gastos Excessivos			83,52%
Planejamento Financeiro Pessoal (Conceito)		61,01%	
Reconciliação de Conta Bancária	45,35%		
Importância do Conhecimento de Finanças Pessoais	42,41%		
Requisitos Legais para Alugar um Apartamento	42,25%		
Cálculo do Patrimônio Líquido Pessoal	42,25%		
Custos de Aluguel de Apartamento	32,95%		
<b>Média de Respostas Corretas para o Segmento</b>	<b>54,77%</b>		
<b>Mediana de Respostas Corretas para o Segmento</b>	<b>50,00%</b>		
<b>II. Poupança, Empréstimo e Financiamento</b>			
Consequências ao Fiador de Aluguel			89,07%
Fonte de Informação de Inadimplência / Risco de Crédito		78,14%	
Como Melhorar Perfil de Crédito		76,67%	
Custo Efetivo de Empréstimo		64,11%	
Retirada Antecipada de Recursos em Poupança		61,01%	
Retirada Excessiva em Conta / Custo do Cheque Especial	45,84%		
Capitalização de Juros Compostos	36,38%		
Uso de Cartão de Crédito	26,92%		
Seguro de Depósito (Conta Poupança)	17,46%		
<b>Média de Respostas Corretas para o Segmento</b>	<b>55,07%</b>		
<b>Mediana de Respostas Corretas para o Segmento</b>	<b>55,50%</b>		
<b>III. Seguros</b>			
Determinação do Prêmio de Seguro de Carro		71,29%	
Características do Seguro de Vida		61,34%	
Razão para Adquirir Plano de Saúde	58,73%		
Características do Seguro Residencial	54,98%		
Razão para Adquirir Seguro	54,16%		
Resolução de Conflitos sobre Seguros	53,34%		
<b>Média de Respostas Corretas para o Segmento</b>	<b>58,97%</b>		
<b>Mediana de Respostas Corretas para o Segmento</b>		<b>66,60%</b>	
<b>IV. Investimentos</b>			
Retorno de Fundos de Investimento	48,78%		
Perfis de Aversão ao Risco	46,17%		
Vantagens de um Clube de Investimento	41,76%		
Taxas de Câmbio / Fundo Cambial	39,48%		
Direitos / Atuação do Cotista de Fundo de Investimento	18,92%		
Estratégia de Custo Médio em Ações	11,58%		
Mudança em Taxa de Juros e Preço de Títulos Públicos	9,30%		
<b>Média de Respostas Corretas para o Segmento</b>	<b>30,86%</b>		
<b>Mediana de Respostas Corretas para o Segmento</b>	<b>28,57%</b>		
<b>Média de Respostas Corretas para o Questionário</b>	<b>50,12%</b>		
<b>Mediana de Respostas Corretas para o Questionário</b>	<b>50,00%</b>		

Fonte: Dados da Pesquisa

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo avaliar o nível de educação financeira dos alunos do curso de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior privada da cidade do Rio de Janeiro e verificar a existência de uma lacuna na formação desses estudantes, através da aplicação de um instrumento de pesquisa similar ao proposto por Chen e Volpe (1998) em uma amostra significativa, de 613 alunos.

A amostra utilizada tem como características principais idade média inferior a 25 anos, experiência profissional superior a dois anos e renda média abaixo de quatro salários mínimos (R\$ 2.400,00).

De forma geral, o nível de educação financeira dos participantes pode ser considerado inadequado, com um aproveitamento médio de 50% no instrumento de pesquisa como um todo. Ademais, merecem destaque o fraco desempenho dos discentes nas questões sobre Investimentos (31%) e o fato de os resultados terem sido inferiores àqueles obtidos para estudo semelhante nos Estados Unidos.

O desempenho dos discentes gerou indícios da existência de uma lacuna relevante no aprendizado, o que, como demonstrado em pesquisas anteriores, tende a ocasionar a tomada de decisões incorretas, a não execução de um planejamento financeiro pessoal ou ainda a não atribuição da importância correta a aspectos relevantes de finanças pessoais.

Dessa forma, considerando a importância dos conhecimentos em finanças pessoais na formação dos profissionais da área financeira – que devem não apenas saber gerir as finanças corporativas, mas os próprios recursos, de forma a incrementar sua qualidade de vida e patrimônio pessoal – destacada por Neidermeyer e Neidermeyer (2010) e pela OCDE (2005 e 2006) e a relevância da educação financeira para o desenvolvimento econômico-social do Brasil, como instituído na Estratégia Nacional de Educação Financeira, os resultados obtidos neste trabalho podem ser de grande relevância para embasar futuras mudanças nas matrizes curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis e demais cursos ligados à área Financeira.

Acredita-se que, para melhorar esta situação, o Ministério da Educação e as Instituições de Ensino, devem realizar o desdobramento dos objetivos e diretrizes norteadores da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Governo Federal e definir a forma mais adequada de introduzir tais conhecimentos na realidade dos alunos universitários no Brasil.

Como sugestão recomenda-se uma disciplina com carga horária mínima de 60 horas, obrigatória, principalmente nos cursos de Ciências Contábeis e afins (Administração e Economia) e optativa para outros cursos, juntamente com o estabelecimento de parcerias com corretoras e instituições financeiras na realização de atividades complementares como palestras, jogos e simulações que permitam o desenvolvimento dos discentes na educação financeira.

Nesse sentido, a Instituição de Ensino Superior pesquisada iniciou parcerias para, a partir do primeiro semestre 2011, trazer palestrantes sobre assuntos diversos ligados a finanças pessoais ao ambiente acadêmico.

No entanto, tendo em vista que a presente pesquisa focou em apenas uma instituição, não se pode afirmar que não existam outras medidas no sentido de aprimorar esses conhecimentos e, também não é possível generalizar os resultados obtidos.

Nos moldes dos estudos realizados por Chen e Volpe (1998 e 2002), é relevante aprofundar as comparações da educação financeira de homens e mulheres, além de verificar os impactos da educação financeira sobre opiniões e decisões práticas dos participantes.

Outrossim, as análises realizadas não devem ser generalizadas para outros contextos, sendo importante replicar o estudo para outras instituições de ensino do Rio de Janeiro e do restante do país, juntamente com outros cursos de graduação (especialmente Administração e Economia) para elaboração de um mapeamento mais significativo dos futuros profissionais de

finanças, com suas deficiências e limitações. O instrumento de pesquisa também pode ser aplicado em instituições de Ensino Médio, Pós-graduação e para profissionais no mercado de trabalho, para verificar a evolução do nível de educação financeira ao longo do tempo.

A realização de análise de conteúdo nas grades curriculares dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas visando verificar quais dos tópicos avaliados são efetivamente lecionados ao longo dos cursos e quais representariam uma deficiência de aprendizagem, juntamente com a utilização de entrevistas em profundidade com docentes e discentes, em uma abordagem qualitativa seriam também interessantes para gerar *insights* que permitam ampliar a perspectiva.

## REFERÊNCIAS

ANTHES, William L.; MOST, Bruce W. Frozen in the headlights: the dynamics of women and money. **FPA Journal**. v.09, p. 1-9, Set 2000.

AVARD, S.; *et al.*. The financial knowledge of college freshmen. **College Student Journal**. v. 39, n.2, p. 321-339, 2005.

AVIZ, Christopher. **Demandas de educação financeira pessoal no ensino médio público e privado do Distrito Federal**. 2009. 61 p. Trabalho de Conclusão (Graduação em Administração). Universidade de Brasília, Brasília.

BLACK JR., Kenneth; CICCOTELLO, Conrad S.; SKIPPER JR., Harold D.. Issues in comprehensive personal financial planning. **Financial Services Review**. Atlanta: v. 11, n.1, p. 1-9, Spring 2002.

BRASIL. Governo Federal. **O que é enef. 2010**. Disponível em:  
<<http://www.vidaedinheiro.gov.br/enef/default.aspx>>. Acesso em: 15. Fev. 2011.

BRUSKY, Bonnie; MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Assessing indebtedness**: results from pilot survey among steelworkers in São Paulo. International Labor Office: Geneva, 2006, working paper 46.

CHEN, Haiyang; VOLPE, Ronald P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**. Deland: n.7, p. 107-128, fev. 1998.

CHEN, Haiyang; VOLPE, Ronald P. Gender differences in personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**. v.11, n.3, p. 289-307, Fall 2002.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. **Finanças pessoais**: um estudo de caso com servidores públicos. In: Seminários em Administração, XII, 2009, São Paulo. XII SEMEAD FEA-USP, 2009.

FÁVERO, Luiz Paulo; *et al.* **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GERBING, David W.; ANDERSON, James C. An updated paradigm for scale development incorporating unidimensionality and it's assessment. **Journal of Marketing Research**. v.25, (s.n), p.186-192, mai. 1988.

GOMES, Deisi Martinello; SORATO, Kátia Aurora Dalla Libera. **Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas e serviços contábeis: um estudo com profissionais autônomos.** In: Seminário de Ciências Sociais Aplicadas – Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC, II, 2010, Colatina.

HAIR JR., Joseph F.; *et al.* **Análise multivariada de dados.** 5. ed. São Paulo: Bookman, 2005 (a).

HAIR JR., Joseph F.; *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Bookman, 2005 (b).

HALLES, Claudia Regina; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson Martins. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida.** In: I Seminário de Políticas Públicas - UFPR, 2008, Curitiba.

LEAL, Douglas Tavares Borges; MELO, Sheila de. **A contribuição da educação financeira para a formação de investidores.** In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças - UFSC, 2, 2008, Florianópolis.

LUCCI, Cintia Retz; *et al.* **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos.** In: IX Seminários em Administração, 2006, São Paulo. IX SEMEAD FEA-USP, 2006.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATTA, R.O.B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o programa de educação financeira do banco central do Brasil e os universitários do Distrito Federal.** 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília.

MCCORMICK, Martha Henn. The effectiveness of youth financial education: a review of the literature. **Journal of Financial Counseling and Planning.** V 20, n. 1, p. 70-83, 2009.

MURPHY, David S.; YETMAR, Scott. Personal financial planning attitudes: a preliminary study of graduate students. **Management Research Review.** v.33, n.8, p. 811-817, 2010.

NEIDERMEYER, Adolph A.; NEIDERMEYER, Presha E. The missing curriculum link: personal financial planning. **American Journal of Business Education.** Littleton: vol. 3, n.4, p. 79-82, abr. 2010.

NUNNALLY, Junn C.; BERNSTEIN, Ira H. **Psychometric Theory.** 3 ed. New York: McGrawHill, 1994.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness. **Recommendation of The Council,** jul 2005.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). The importance of financial education. **OECD Observer,** jul 2006.

RIBEIRO, Carolina do Amaral; *et al.* **Finanças pessoais**: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração. *In*: XII Seminários em Administração, 2009, São Paulo. XII SEMEAD FEA-USP, 2009.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**. v.41, n.6, p.1121-1141, Nov./Dez. 2007.

TABACHNIK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using Multivariate Statistics**. 4 ed. New York: HarperCollins, 2001.

TIMMERMANN, Sandra. Planning for the future: a focus on mature women. **Journal of Financial Service Professionals**. v.54, n.1, p. 22-24, Jan 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; *et al.* **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança**: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Paraná. *In*: XII Seminários em Administração, 2009, São Paulo. XII SEMEAD FEA-USP, 2009.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2006.